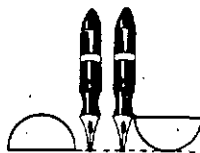


A efêmera constituição de Loyola

A "constituição de Loyola" pode entrar para o Guinness Book como a que teve vida mais curta.



Atual presidente do Conselho de Contribuintes da Receita Federal, dono de irrepreensível reputação de técnico honesto, austero e competente, o mineiro Hélio Loyola conseguiu introduzir no primeiro anteprojeto de constituição do deputado Bernardo Cabral o sonho que acalentou nos últimos 10 anos. O sonho, dificilmente, resistirá à divulgação da próxima versão do anteprojeto de Cabral.

Como respeitado e antigo funcionário da Receita Federal, Loyola ocupou-se em pressionar seus chefes para que patrocinassem um decreto que, segundo ele, contribuiria para restaurar a moralidade no país. "A única coisa que funciona no Brasil é a Receita Federal", costuma pregar Loyola, sem disfarçar sua repulsa a todas as formas de falcaturas. "Os estrangeiros querem acabar com o nosso país", aduz. Para impedir que isso acontecesse, ele carregava no bolso o seu decreto particular.

Do Banco Central, Loyola tomava para a Receita Federal a

atribuição, que também cabe à Caixa, de "fiscalizar os tributos que incidem sobre o comércio exterior." Aos ministérios do Trabalho e da Saúde, subtraía a missão de "fiscalizar o cumprimento da legislação sobre defesa e proteção da saúde, da segurança e da Pátria, da economia e do trabalho nacionais, relativamente aos bens e serviços importados". A prevenção e repressão de fraudes fiscais e cambiais nas transações com o exterior escapariam do Banco Central.

A Polícia Federal, coitada, seria, simplesmente, esvaziada na "constituição de Loyola". Ela deixaria de exercer "a polícia fiscal em relação às mercadorias, bens, pessoas, edificações, pátios, embarcações, aeronaves e veículos terrestres na zona aduaneira dos portos, aeroportos e fronteiras". A Receita Federal teria, ainda, a competência para "prevenir e reprimir o contrabando em todo o território nacional, bem como participar da repressão ao tráfico ilícito de armas e entorpecentes".

Como secretários da Receita Federal, Francisco Dornelles, Luiz Romero Patury e Quintanilha de Almeida resistiram ao assédio de Loyola com o cuidado de não melindrá-lo. O deputado Cabral gostou da constituição dele e a adotou por inteiro no artigo 60 das Disposições Transitórias do anteprojeto de constituição que divulgou há 15 dias. Foi tão pressionado desde então que deverá deixá-la de fora no novo anteprojeto.

Em tempo: foi Loyola quem fechou os videoclubes do Rio em 1983 porque operavam com fitas contrabandeadas.

PINGA-FOGO

• Nem presidencialista, exatamente, nem parlamentarista, gradual ou por completo. O deputado Aécio Neves (PMDB-MG) quer alguma coisa pelo meio e dirá isso em discurso na Constituinte na próxima semana.

• Do deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que tem auxiliado Bernardo Cabral na preparação do seu próximo substitutivo: "O sistema de governo será decidido no voto e por uma diferença apertada."

• Do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ): "O plenário da Constituinte só aprovará picolé morno". Por "picolé gelado" o deputado entende todas as ques-

tões polêmicas que, dificilmente, reunirão uma maioria de 280 votos para serem aprovadas.

• Como a de presidente da República e a de governador, também a eleição de prefeito se dará em dois turnos, a ser confirmado, pela Constituinte, dispositivo que o relator do anteprojeto manterá na versão a ser conhecida nesta terça-feira.

• O presidente Sarney está constrangido com a hipótese de ganhar seis anos de mandato se o parlamentarismo lento e gradual vier a ser adotado. Doce constrangimento.

• Loyola para presidente.

Ricardo Noblat

Povo com menos defesa

Os que auxiliam o deputado Bernardo Cabral na confecção de seu próximo anteprojeto de constituição informam: sai da proposta a figura do defensor público, que no anteprojeto anterior ocupava o Artigo 27, com cinco parágrafos, do capítulo *Das Garantias Constitucionais*. Eleito para um mandato de quatro anos pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, o defensor do povo iria zelar "pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços sociais" aos direitos do cidadão. A incumbência passará à órbita do Ministério Público.

A volta da lei e da ordem

O deputado Bernardo Cabral ainda não se fixou na redação do artigo que define o emprego legal das Forças Armadas na nova versão do anteprojeto de constituição, que deverá estar pronto na próxima terça-feira. Na versão anterior, irritou os militares o desaparecimento da expressão "em defesa da lei e da ordem" e o condicionamento da intervenção das Forças Armadas ao pedido expresso "dos poderes constitucionais". Na redação que se esboça agora, a expressão que sumiu reaparecerá mas o condicionamento deverá permanecer. A emenda não contenta os militares.

Corrida contra o relógio.

A rodada de anteontem à noite ocorreu no apartamento do deputado Saulo Queiroz (PFL-MT). A de hoje à noite será no apartamento do deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara. Os adeptos do parlamentarismo lento e gradual têm, somente, até terça-feira para fechar um acordo a respeito. O PMDB resiste à idéia de conceder seis anos de mandato a Sarney em troca da adoção parcial do parlamentarismo já no próximo ano. O PFL poderá até concordar com cinco anos desde que o parlamentarismo só comece a vingar depois de Sarney. O acordo é possível mas não é provável.

O pragmatismo de Ulysses

Ao suspender suas atividades na Constituinte para comparecer ao enterro, no Recife, do ministro Marcos Freire, o deputado Ulysses Guimarães não o fez, apenas, para homenagear um amigo e companheiro de partido. Do cemitério de Santo Amaro, Ulysses partiu para o Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco — e ali, na companhia dos governadores Miguel Arraes, Moreira Franco e Waldyr Pires, além do senador Humberto Lucena, começou a tratar, de imediato, da escolha do sucessor do ministro morto. Critérios e alguns nomes chegaram a ser examinados.